

"Conversações insuficientes para restaurar confiança a Moçambique"*

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

RFI (Lígia Anjos): Esta semana o grupo de doadores do Orçamento do Estado de Moçambique decidiu suspender a ajuda internacional ao país depois de terem sido reveladas dívidas ocultas nas contas públicas.

O executivo moçambicano confirmou ontem as dívidas garantidas pelo Estado entre 2013 e 2014 no valor de 1,4 mil milhões de dólares que não constavam nas contas públicas e que levaram o Fundo Monetário Internacional a suspender uma missão a Maputo.

Em conferência de imprensa o Presidente moçambicano afirmou que é fundamental saber como surgiu a dívida. Filipe Nyusi confirmou que mal foi detectada o governo assumiu que tinha um problema como confirma o investigador do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS) Paulo Gorjão.

Paulo Gorjão (PG): A relação de confiança entre os doadores e o governo de Moçambique não está restaurada, na sequência das notícias que vieram a público, em que foi detectada essa dívida escondida. O governo moçambicano tentou desde logo colocar alguma água na fervura, deslocando-se

alguns membros do governo a Washington D.C. para se encontrarem com elementos do FMI e do Banco Mundial. Esta decisão dos doadores revela que essas conversações não foram por si só suficientes para restaurar a confiança. Portanto, os doadores vão querer saber se as dívidas se circunscrevem exactamente ao que foi revelado, ou se há mais alguma coisa, e não existindo mais nada, muito concretamente, qual é o impacto dessa dívida que até agora esteve escondida. Do ponto de vista de Moçambique tudo isto é terrivelmente grave pelos custos que tem em termos financeiros e de reputação.

RFI (Lígia Anjos): Quais são os efeitos relativamente à dívida para o Orçamento do Estado e para os moçambicanos?

PG: Será uma questão de tempo até que se faça sentir no Orçamento do Estado e depois nos moçambicanos, como não pode deixar de ser. Se o Estado vai ter de pagar mais dívida, se tem menos dinheiro, inevitavelmente vai ter que haver cortes em despesas do Estado, nomeadamente em despesas de

ordem social e vários subsídios que o Estado tem ao dispor dos moçambicanos nesta altura. Receio que do ponto de vista social possa ser difícil de ajustar e de fazer prevalecer sem que haja alguma reacção social a tudo isso.

RFI (Lígia Anjos): O Presidente moçambicano Filipe Nyusi comparava esta dívida pública à malária e dizia que era preciso desinfetar a casa. Num artigo que assina com o título “Moçambique: um país à beira do precipício” fala de uma guerra civil não declarada.¹

PG: De alguma maneira estamos quase que a assistir a uma tempestade perfeita. Moçambique começa por sentir um choque externo com a queda dos preços das *commodities*, por exemplo dos metais preciosos e do gás natural. Tal afectou o que era uma expectativa muito grande nomeadamente em relação às descobertas recentes de gás natural. Essa é uma primeira envolvente negativa que Moçambique acabou por sofrer. Depois tem esta situação com as contas públicas, portanto uma grave crise financeira que ainda agora está a começar. E em paralelo, como se isto já por si só não fosse suficiente, Moçambique tem há largo tempo uma guerra civil oficialmente não assumida, mas que o clima não anda longe disso, com relatos cíclicos de violência, de escaramuças entre forças da RENAMO e da FRELIMO, i.e. forças militares do Estado e da RENAMO, com populações deslocadas e refugiados, nomeadamente no Malawi, com valas com corpos que alegadamente não existirão, mas que é um facto, dado que há fotografias de corpos abandonados na Gorongosa. A imprensa, a comunicação social, tem ao longo dos últimos dois anos, para não recuar mais, repetido notícias de conflitos armados, de situações de tensão política e militar entre a RENAMO e a FRELIMO. O que nós temos actualmente em Moçambique é uma

situação gravíssima também desse ponto de vista e toda esta convergência é terrivelmente grave. Se de facto nada for feito, Moçambique está a caminhar para um precipício, em que toda a gente está a assistir, mas em que, por uma razão ou por outra, nada é feito para o evitar.

RFI (Lígia Anjos): Acha que esta questão da dívida pública pode vir a abafar e a tirar a atenção desta situação de instabilidade política em que Moçambique vive há muitos meses?

PG: É certamente um motivo de muita preocupação. A prova de que o governo está a levar tudo isto muito a sério é o facto de altos representantes do Estado se terem deslocado de imediato a Washington D.C., precisamente para tentar acalmar os parceiros de Moçambique, os doadores, e em particular o FMI e o Banco Mundial porque a partir daí poderia vir a ser uma bola de neve, como se tem visto. Não creio que a questão da dívida pública tenha qualquer impacto no sentido de diminuir a situação de instabilidade política. Aliás, diria que a ter algum impacto é exactamente o oposto, i.e. vem reforçar mais ainda a situação de crise e de algum modo dar mais cobertura política à própria RENAMO para insistir num consenso político com a FRELIMO. No fundo, para se proceder a uma redistribuição do poder político e para se repensar o próprio futuro de Moçambique.

RFI (Lígia Anjos): Nesta altura há uma dúvida que se coloca que é tentar perceber como é que esta dívida surgiu e vários académicos moçambicanos consideram que o normal seria o governo se demitir, coisa que segundo eles não vai acontecer, mas pelo menos que se explique então aos moçambicanos o que efectivamente sucedeu.

PG: Penso que há uma pressão muito grande no sentido de alguém ter que assumir a responsabilidade política por tudo isto que se está a passar. Os dados não são ainda, de todo, claros. O natural

¹ Ver Paulo Gorjão, “Moçambique: um país à beira do precipício” (*IPRIS Comentário*, No. 48, 29 de Abril de 2016).

seria uma investigação oficial para apurar responsabilidades. Sabemos que isso em Moçambique terá um impacto limitado, se acontecer. Não vejo propriamente o primeiro-ministro a demitir-se em função disto, mas—estou a especular—em todo o caso não me parece de todo previsível quais serão os estilhaços políticos desta crise. Que a FRELIMO, governo, Presidente da República e primeiro-ministro, todos eles, ficam mal nesta fotografia, eles próprios têm consciência disso, como se

constata pela sua preocupação em tentar resolver a crise o mais rapidamente possível. Não creio, no entanto, que à conta desta questão sejam marcadas eleições antecipadas.

* Entrevista publicada originalmente na *Radio France Internationale* (6 de Maio de 2016).

IPRIS
Comentário
52

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança
(IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos
autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.